

RAÍZES DA CAFEICULTURA NO RIO DE JANEIRO E A MODERNIDADE

Marita Silva Pimenta*

O espaço investigado é o do vale do Paraíba do Sul, mais especificamente o do vale do médio Paraíba do Sul Fluminense; o período abrange, aproximadamente, do ano da Independência do Brasil (1822) até o da Abolição da Escravatura (1888), ou seja, o período Imperial brasileiro; isto é enfoca a época da expansão, do apogeu (décadas de 40 a 60) e da decadência da monocultura cafeeira na região.

Ao estudar o Vale objetivamos resgatar um período que já aconteceu, mas que foi o primeiro de grande importância para a cultura cafeeira, que contribuiu significativamente para a economia do nosso país e que deixou marcas nítidas de sua ocupação.

1 - Cafeicultura No Vale Do Paraíba Do Sul

Diversas foram as áreas fluminenses em que a cafeicultura mostrou-se como uma cultura bastante promissora e modernizadora, principalmente na segunda metade do século XIX e no primeiro quartel do século XX.

O vale do médio Paraíba do Sul fluminense, denominado comumente, simplesmente o Vale, foi, sem dúvida alguma, a região onde a cafeicultura melhor e mais amplamente se desenvolveu no Rio de Janeiro.

1.1. Das Razões Do Surgimento, Desenvolvimento E Declínio Da Cafeicultura No Vale

Escolhemos o ano de 1822 para balizarmos o nosso estudo sobre a cafeicultura no Vale pois, até então - Brasil Colônia - , esta região, que tinha passado por diversos ciclos econômicos de pequena expressão para a área (mineração e pecuária). Caracterizava-se como área de passagem, quer das minas gerais (mineração) para os portos do Rio de Janeiro, quer do denominado “sul” com o fornecimento de gado para as minas ou para a lavoura canvieira. O Vale representava, desta forma, uma área subsidiária do modelo colonial exportador; era o importante corredor de circulação de produtos da época.

As marcas de ocupação eram reduzidas e decorrentes das articulações de áreas periféricas e/ou mesmo longínquas com o centro principal da Colônia: caminho novo, pouso de tropas, ranchos, pousadas e, mais tarde, fazendas para abastecer os viajantes e os tropeiros¹.

A partir das primeiras décadas do século XIX, aproximadamente 1820, um novo ciclo irá se desenvolver no Vale - o do café.

Na verdade nos questionamos muito: por que foi o Vale o primeiro espaço eleito para o desenvolvimento em larga escala da cafeicultura? Para responder com mais exatidão a esta indagação, teremos de analisar uma série de fatores que concorreram para a propagação desta cultura na região. Analisaremos, rapidamente, alguns que cremos serem os mais importantes:

a) o **capital** que permitiu o surgimento e o desenvolvimento inicial da cafeicultura foi o nacional; mais tarde, capitais estrangeiros passaram a atuar na área através de financiamento da produção, construção de ferrovias e comercialização de produção; b) os principais **recursos produtivos** aí utilizados foram, sem dúvida alguma, a terra e a mão-de-obra, ambas bastante abundantes, pelo menos nos primeiros decênios da cultura

* Professora - Adjunto IV. Universidade Federal Fluminense, Niterói. Brasil

na área. A quantidade de **terras** favoráveis, extensas e “sem dono” próximas ao Rio de Janeiro foi um fator de grande importância para o desenvolvimento e proliferação da cultura. A posição estratégica do Vale como eixo de circulação foi de capital importância para o progresso da cafeicultura. O relevo propiciava elementos vitais para o café: encostas protegidas contra o vento, mas expostas ao sol, e altitudes médias entre 300 e 900 metros (o que acarretava temperaturas muito boas para o desenvolvimento da rubiácea). A precipitação bem distribuída e os solos férteis, em função da floresta nativa que até então existia, foram outros fatores favoráveis. Além de todas estas vantagens do quadro natural, o mais importante: o Estado favorecia a concessão de sesmarias.

O segundo recurso produtivo também era abundante - a **mão-de-obra**: primeiro, facilitada pelo tráfico negreiro internacional, mais tarde (1850), com o fim deste, pelo deslocamento inter-provincial de escravos, quer das áreas de mineração de Minas Gerais (cuja atividade estava em declínio), quer do Nordeste do país (pela crise da economia açucareira).

Em função do desenvolvimento e da proliferação da cultura do café houve um grande movimento de migração interna da população, de diferentes províncias para a região do Vale, principalmente do Rio de Janeiro, de Minas Gerais, de São Paulo, da Bahia e do Nordeste. Estes migrantes, originários de áreas onde a economia estava em estagnação, eram atraídos pelo crescimento das lavouras cafeeiras.

Assim a cultura pôde se expandir e, estimulada pela demanda externa, passou a incorporar, cada vez mais, grande massa de trabalhadores - escravos - oriundos de diversas áreas do Brasil, sendo portanto a cafeicultura um fator de incentivo à migração interna, acarretando uma redistribuição demográfica e uma nova polarização econômica. c) a **demanda externa** foi outro fator vital para o desenvolvimento dessa cultura. Tanto os Estados Unidos, quanto diversos países europeus da época (cidades hanseáticas, Inglaterra, França) destacavam-se como principais países compradores e consumidores de café.

Na década de 1820 o café já contribuía com 18% das vendas para o exterior, perdendo na pauta de exportação apenas para o açúcar e o algodão. Na década seguinte (1830) participava com 36%, tornara-se assim o primeiro produto na pauta de exportação e o nosso país se transformava na primeiro produtor de café do mundo. Em 1850 a nossa exportação já concorria com 48% do total mundial².

A febre de consumo de café no mundo deveu-se a algumas razões interessantes: na Europa, com o desenvolvimento da Revolução Industrial, houve uma maior necessidade de ingestão de estimulantes para vencer as longas e árduas horas de trabalho. Na Inglaterra o mercado de café era restrito, em virtude da proteção dada ao comércio de chá, do qual detinha o monopólio (British East Índia Company); em compensação, por oposição aos ingleses e, mesmo por represália, americanos (ex-colonos da Nova Inglaterra, agora independentes) e franceses passaram a considerar e a adotar o café como sua bebida diária e predileta, uma vez que trazia uma sensação agradável e era estimulante³.

Segundo VALVERDE (1967)

“adotando o café como bebida cotidiana, o povo norte-americano satisfazia igualmente seus ideais de democracia, porque proporcionava ao trabalhador, ao homem da rua, um prazer que até então, na Europa, só era permitido aos ricos e aos intelectuais. Por isso, os Estados Unidos tornaram-se, a partir do começo do século XIX, o que são até hoje: o maior mercado mundial do café” (p. 41).

Assim o café ganhou importantes aliados: ricos e numerosos consumidores. d) se não bastassem todos esses fatores facilitadores ao desenvolvimento da cultura do café, a eles agregou-se mais um: os maiores produtores, até então, da rubiácea - Haiti e colônias espanholas - estavam envolvidos com problemas internos de luta pela libertação; desta forma a **conjuntura internacional** também favoreceu a propagação da cafeicultura no Brasil (e na época o Vale era a principal área produtora), principalmente porque a demanda era maior do que a oferta. e) para completar o leque de dons encontrados - nessa época e nesse espaço - para o desenvolvimento da cultura do café, só precisamos lembrar as **facilidades** relativas para a sua **exportação**: o Vale localizava-se próximo aos portos exportadores (e mesmo a cafeicultura criou novos). É claro que o sistema de transporte utilizado na época era moroso, difícil e oneroso - tropas de muare⁴ - e que as estradas eram verdadeiras trilhas, precárias e sinuosas, mas o lucro compensava a demora e o enorme trabalho.

Quando mais tarde a estrada de ferro (a partir de 1855) passou a atuar, as áreas cafeicultoras foram as disseminadoras dos trilhos. Os cafeicultores fluminenses foram os grandes incentivadores do “caminho de ferro” e, desta forma, a lavoura cafeeira propiciou o desenvolvimento da rede ferroviária. Com a estrada de ferro o Rio de Janeiro viu o seu porto ganhar relevo, pois, por ele se escoava toda a produção da Zona da Mata mineira e do planalto fluminense.

Na década de 1870 o desenvolvimento da rede ferroviária já era grande e atingia as principais áreas cafeicultoras fluminenses, trazendo importantes conseqüências para o vale do Paraíba do Sul, permitindo principalmente o escoamento direto de sua produção para os portos do Rio de Janeiro e de Santos (mas acarretou o declínio dos demais portos litorâneos intermediários).

As rodovias também passaram a ser construídas (a partir de 1860), mas o seu papel e importância eram bem reduzidos, se comparado aos da ferrovia, não só pela rapidez e volume de transporte desta, mas também pela escassez de meios para se realizar o transporte rodoviário⁵.

Sem dúvida o binômio porto-ferrovia fez da cidade do Rio de Janeiro, em meados do século XIX, o grande pólo de atração e convergência do café⁶, em função de sua posição estratégica em relação a todas as grandes áreas produtoras da época. Assim a cidade do Rio de Janeiro realçou e consolidou as funções de centro administrativo, comercial, cultural, financeiro e portuário⁷. A capital do Império beneficiou-se da cultura do café e ditou, até mais ou menos 1910, para suas áreas de influência, paradigmas de costumes e de modo de vida.

O café tornou-se o alicerce econômico não só do Vale e do Rio de Janeiro, mas também do Brasil. Sua base de sustentação estava centrada nos fatores terra e mão-de-obra escrava. A grande fazenda monocultora (pois eliminava a agricultura de cereais, de subsistência) e escravista comandava a vida da Nação e propiciava a quem a detinha prestígio social e poder político⁸.

Mas, ao se esgotarem os recursos produtivos - base de sustentação -, a cultura cafeeira do Vale passou a ter sérios problemas. Ao se exaurir o solo o café migrava para novas

áreas virgens e o processo de desmatamento e ocupação se iniciava; isto fez com que a “cultura itinerante” do café deixasse marcas nítidas na paisagem e, atrás do seu caminho, um rastro do passado de glória, hoje retrato de decadência. Os grandes responsáveis pelo esgotamento destas áreas foram os cafezistas que, não preocupados com a fertilidade do solo, não adotavam os métodos e processos recomendados pela tecnologia moderna da época. Quando não havia mais áreas disponíveis no Rio de Janeiro o café migrou para outras áreas (São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo) e as antigas áreas cafeeiras entraram, em sua maioria, em decadência.

Quando houve a Abolição da Escravatura e o recurso produtivo mão-de-obra libertou-se, a fonte de trabalho deixou de existir e a decadência tomou conta do que restava das exauridas antigas gloriosas áreas cafeeiras.

Com o deslocamento das áreas produtoras, principalmente para São Paulo, a cidade portuária do Rio de Janeiro perdeu sua antiga importância e o porto de Santos tomou a dianteira.

Como vimos, as vantagens locais do Vale atraíram centenas de homens interessados no cultivo da rubiácea. Os solos férteis, as extensas áreas a ocupar e a existência de mão de obra escrava fizeram com que a região fosse ocupada, em poucos anos, por milhares de pessoas dedicadas exclusivamente à cultura cafeeira.

1.2. Características Da Sociedade Rural-Urbana Do Vale, Sua Organização Social E Suas Relações Sócio-Econômicas Com A Cafeicultura

Feita essa rápida retrospectiva das razões do surgimento, do desenvolvimento e do declínio da cafeicultura no Vale, passaremos a uma análise das conseqüências da introdução da cultura do café na região, ou seja, vamos estudar o modo como o homem que lá se instalou foi modificando, através do tempo, a natureza e criando, desta forma, um espaço social resultante das atividades, experiências e usos e que se traduzem através de sua organização social, da divisão do trabalho e das relações sociais que lá se desenvolveram.

Com o desenvolvimento da cafeicultura passamos a ter no Vale a formação de uma sociedade regional com características bastante próprias. A posição estratégica do Vale como principal eixo de circulação do país, em muito facilitou o contato com o litoral - porto - cidade do Rio de Janeiro, metrópole nacional, foco e *locus* de desenvolvimento e propagação de usos e costumes, e com o interior - área de produção cafeeira mantenedora do Império⁹.

O café propiciou a introdução de novos hábitos e estilo de vida, permitindo cada vez mais o consumo de diversos produtos europeus que eram colocados na “colônia comercial” que bancava, às expensas da cafeicultura, os preços sempre crescentes dos produtos manufaturados. A cada novo avanço tecnológico o número e a diversidade dos produtos industrializados oferecidos aumentavam. Em todos os setores da economia, desde vestuário, alimento, instrução, construção e outros, havia uma crescente procura dos novos ricos cafeicultores brasileiros pelas últimas novidades oferecidas pelo mundo civilizado que era a Europa.

A cafeicultura no Rio de Janeiro representou uma exploração em larga escala, tipo *plantation*, fundada na grande propriedade monocultural trabalhada por escravos. Apesar dos moldes tradicionais na estrutura da exploração agrícola, o ruralismo refinou-se. Devido à proximidade da Corte os fazendeiros tornaram-se mais polidos, mais cultos e passaram a ter maneiras mais civilizadas, se bem que fossem bastante conservadores.

Durante o ciclo do café o médio vale do Paraíba Fluminense teve o seu período de fastígio e foi esta cultura que propiciou a verdadeira ocupação de todos os espaços desta

área do Vale. A atividade agrícola e mercantil permitiu ao Vale cafeeiro ser o centro da economia nacional: tudo gravitava a seu redor, tudo girava em torno da monocultura do café; até as cidades, muitas delas, surgiram, se desenvolveram e se estagnaram em função da rubiácea.

A partir do segundo quartel do século XIX o enriquecimento dos cafeicultores fluminenses, em função do “rush cafeeiro”, era imenso e levou a criação de novos hábitos de consumo, propiciados pela importação crescente, fruto da Revolução Industrial que se processava na Europa. A casa-sede da fazenda - quase sempre um verdadeiro palácio - era uma construção ampla e suntuosa. Em Vassouras, Valença, Paraíba do Sul, Piraí, Barra do Piraí e Barra Mansa dentre muitas outras, os solares rurais retratavam a época de glória e fausto em que viviam os “barões do café”.¹⁰

O café era o alicerce da economia do Império. Centenas de fazendas foram fundadas pelo desmembramento das antigas sesmarias. Os preços da rubiácea, altamente remunerados, propiciavam enormes proventos. A Província do Rio de Janeiro em 1850 contribuía com 79% da safra cafeeira do Brasil. A fortuna acumulada permitia ao cafeicultor refinar suas maneiras, esmerar sua educação, aristocratizar-se, enfim. Quando não enviava seus filhos à Europa para estudar, contratava, em caráter permanente, professores nacionais e preceptores estrangeiros que ensinavam nas próprias fazendas todo o currículo, além de literatura, teatro, piano, canto, costura, dança e equitação. Não havia casa de fazendeiro que se prezasse sem um piano de cauda e, não raro, sem uma sala especialmente destinada a música.

Dentro dos solares, cercados de imponentes palmeiras imperiais, havia magníficos salões de festa, sala de bilhar, sala de armas, sala de música e elegantes escadarias internas de granito ou de mármore. O luxo no estilo dos mobiliários feitos por artistas locais e estrangeiros em mogno ou jacarandá, a pureza dos cristais e espelhos, o desenho das finas tapeçarias, as pratarias lavradas, as baixelas ... tudo fazia parte do fausto da época. Estas prósperas vivendas abrigavam riquíssimas coleções de objetos importados. O requinte das mesas onde abundavam os bons e raros vinhos europeus, as compotas e conservas francesas, os peixes nórdicos, os ricos presuntos de York, as delicadas caixas de passas e tâmaras, tudo era propiciado pelas colheitas do café. Os saraus freqüentados pela fidalguia da Corte e as festas que duravam três dias, “inclusive com gelo, apreciadíssima novidade por causa dos sorvetes” (Taunay, v. VIII, 1939: 303) trazido, por incrível que possa parecer, da corte com convidados sempre na casa dos mil, eram comuns nas grandes fazendas de café do Vale.¹¹

Além da majestosa sede da fazenda, existiam inúmeras outras edificações: capela (para serviços religiosos), venda, casa de empregados, senzalas, enfermarias especializadas para homens, mulheres e crianças, maternidade, creche, botica, casa do administrador, chaveiro, escrivão, marcenaria, carpintaria, ferraria, paiol, armazéns, tulhas, baias, canis, prisão, escritórios e recintos para atender a comercialização do café. Os arquitetos da época, normalmente europeus, tinham muito trabalho com as sofisticadas solicitações dos ricos fazendeiros. Do conjunto de edificações faziam parte ainda galpão para arreios, rancharia para as tropas, estábulos, cocheiras, currais, chiqueiros e terreiros para a secagem do café. Quando a fazenda tinha grande aperfeiçoamento técnico, existia um edifício específico - a casa das máquinas - destinado às máquinas de beneficiamento do café, sempre constituídas com os últimos modelos importados. Multiplicavam-se as instalações para abrigar os serviços e equipamentos destinados às necessidades básicas da comunidade.¹²

O quadro dos profissionais qualificados que moravam nas fazendas era enorme: boticário, sapateiro, serralheiro, mecânico, alfaiate, barbeiro, cabeleireiro, dentista, parteira, ferreiro, pedreiro, marceneiro, enfermeiro etc. Não raro havia fazendas com médico e capelão próprios. Os fazendeiros procuravam ter todos os profissionais especializados para suprir as necessidades da vida moderna que levavam.

As áreas de lazer eram constituídas de quadras de esporte, jardins belíssimos e pomares e hortas bem sortidos e cultivados com esmero. Aquedutos construídos em pedras abasteciam de água as fazendas e permitiam mover engenhos e fazer funcionar o maquinário moderno que beneficiava o café e os cereais. Havia fazendas em que vagões sobre trilhos cortavam as plantações em diversas direções. Isto sem falar das estradas de ferro que tinham estação nas fazendas mais prósperas. Na maioria das fazendas do Rio de Janeiro o latifúndio cafeeiro constituía-se de uma unidade fechada, auto-suficiente, onde os fazendeiros só precisavam comprar sal, ferro, pólvora e chumbo. Tudo isto constituía **a paisagem da fazenda**.

*“A unidade de produção responsável pela economia cafeeira é a **fazenda**: um complexo de plantações uniformes, separadas por carreadores, terreiros de secagem, instalações específicas, benfeitorias e máquinas, direção e força de trabalho que basicamente permaneceu o mesmo ao longo da maior parte da história do café.” (AMARAL, L 1940: p. 60-1).*

A fartura do café fazia gravitar em torno das fazendas nuvens de mascates e charlatões vendendo de tudo aos “nouveaux riches”. Nas cidades próximas às grandes plantações médicos ingleses, cirurgiões alemães, dentistas gregos, cabeleireiros franceses, artistas e professores políglotas estavam sempre a disposição dos moradores das casas-grandes das fazendas de café.

Em algumas fazendas mais ricas, ou nas cidades cafezistas, instalavam-se indústrias de cerâmica, olaria, marcenaria (onde eram fabricados móveis em mogno, vinhático e jacarandá, madeiras nobres derrubadas na própria fazenda), oficinas de ferreiro para satisfazer a demanda de ferramentas para lavoura, além de fechaduras, pregos etc. para as construções. O progresso das indústrias locais caminhava “par e passo” com o desenvolvimento da cafeicultura.¹³

Nas cidades geradas pelo desenvolvimento do “ouro verde” instalavam-se ateliês de modistas franceses, de fotógrafos e de pintores. Construíam-se hotéis e hospedarias que viviam repletos. Sobradões confortáveis, bons teatros, bibliotecas e prédios públicos nasciam da noite para o dia. O abastecimento de água e a iluminação pública atingiram estas cidades antes mesmo de centros mais antigos e próximos à Metrópole. Um sem número de carros novos e de ricas diligências trafegavam nas ruas calçadas destas cidades que nasciam e se desenvolviam com o surto do café.

O comércio prosperava, diversificava-se e sofisticava-se. Joalherias exibiam rubis, esmeraldas, safiras e brilhantes. Relojoeiros alemães e suíços se instalavam. Lojas com artigos de luxo e bom gosto (rendas inglesas, xales orientais, sedas de Lion, leques de madrepérola) eram abertas. Tudo o que houvesse de mais fino e moderno no mundo era importado para ser comercializado nas cidades que gravitavam em torno das grandes fazendas cafeicultoras. Companhias teatrais estrangeiras faziam grandes temporadas nessas cidades. Jornais circulavam diariamente noticiando os acontecimentos sociais e econômicos, principalmente os relacionados com a bolsa de café.¹⁴

Fundavam-se bons colégios para onde convergiam estudantes, inclusive da cidade do Rio de Janeiro. Os donos das fazendas, dominados por uma febre de grandeza,

cercavam-se de toda a abundância e riqueza que a época podia-lhes proporcionar. O progresso era tão notável que a primeira localidade iluminada a gás no Brasil, gerada por equipamento importado, foi uma fazenda de café em Valença. Esta era a paisagem de Valença, Vassouras, Paraíba do Sul e outras cidades cafeicultoras em meados do século XIX, durante o período pródigo da cafeicultura, que gerou grandes transformações, tanto no espaço rural, quanto no urbano. Toda esta opulência era respaldada pelas colheitas do café e pelo trabalho escravo.

A explicação para o fausto é consequência da facilidade com que os “landlords” usufruíam do trabalho exaustivo e incessante do braço negro¹⁵. O lucro dos grandes fazendeiros era resultante do capital sem esforço do capitalista. Para plantar grandes cafezais não bastava a posse da terra, havia necessidade de adquirir grandes contingentes de escravos. Comprar centenas de escravos era coisa acessível apenas a grandes capitalistas, pois o preço dos escravos era bastante elevado, principalmente a partir de 1850 quando foi proibida a sua entrada no Brasil. Assim, era necessário forte empate de capitais em mão-de-obra. Dava o café lucros enormes, mas exigia constantemente muito trabalho, muita mão-de-obra. Não havia braços que chegassem aos cafezais nascentes ou em desenvolvimento. Com a intensificação do comércio negreiro em poucos anos multiplicaram-se prodigiosamente as grandes fazendas cafeeiras e as grandes escravaturas. Fazendas havia com mais de mil escravos.¹⁶

Existiam senhores proprietários que possuíam porto de mar próprio, através do qual movimentava sua produção. Possuíam trapiches, cocheiras e enormes armazéns bem aparelhados, além de estrada particular. Os cafeicultores fluminenses tornaram-se nomes nos registros nobiliárquicos do recente Império e, num afidalgamento rápido, conferido pelo número de arrobas colhidas de café, começaram a desenvolver hábitos acasteladores. Criou-se um verdadeiro patriciado do café, uma autêntica nobreza agrária dominada pela febre de grandeza social. Formou-se uma grandiosa aristocracia rural que, além do esplendor que mantinha em suas fazendas, construía sobradões nas cidades cafezistas próximas e magníficos palacetes na capital do Império.

Com o aumento da fortuna faziam novas aquisições de terras. Não eram raros os proprietários que possuíam mais de três ou quatro vastas fazendas. Muitos se tornaram absenteístas, passando grandes temporadas na Capital ou na Europa, longe de suas fazendas, numa evidente demonstração da atração exercida pelas cidades e por suas benesses. Assim, foram se afastando da administração de suas propriedades, deixando os negócios na mão de administradores.

A economia agrícola mercantil escravista, com base na grande empresa, produzindo em larga escala, alicerçada no trabalho escravo e ligada a um sistema comercial - financeiro nacional, mas com ramificações internacionais era o quadro que dominou o Brasil durante o ciclo do café no Vale. Em síntese, foi o apogeu do trinômio latifúndio-monocultura-escravidão.¹⁷

O esplendor da vida rural fluminense imperial foi imenso. O prestígio do Vale do Paraíba e sua opulência foram incontestáveis. Com o dinheiro fácil os “barões do café” realizavam inúmeras benfeitorias nas cidades cafeeiras (calçamento e iluminação das ruas, construção de igrejas, hospitais, escolas, teatros, bibliotecas e prédios da administração pública, dentre outras) demonstrando assim a diretriz progressista e modernizadora de que estavam imbuídos. As cidades prosperavam ao mesmo tempo em que crescia a produção cafeeira. O café era o combustível que alimentava o motor da modernização do país, mas nem sempre os métodos utilizados para sua cultura e beneficiamento acompanhavam o acelerado processo de modernização. Não eram

utilizadas, a não ser em raríssimos casos, técnicas modernas como plantação em curvas de nível para evitar erosão, sombreamento, irrigação artificial, consorciação para revitalizar o solo, combate biológico e químico às pragas (broca, lagarta) e as doenças (ferrugem), nem emprego de fertilizantes orgânicos e minerais.

As técnicas primitivas como o desmatamento e a queimada, sem a preocupação com a adubagem, esgotavam o solo, contribuindo para exaurir a terra de seus elementos nutrientes. Com o esgotamento do solo ocorria o fracionamento da grande propriedade e o deslocamento dos cafezais para novas áreas de mata virgem.¹⁸ O dinheiro fácil e abundante e a grande extensão de terras devolutas permitia a expansão da cafeicultura sempre em busca de terras ainda não exploradas.¹⁹

As práticas agrícolas adotadas - rotineiras e predatórias - foram, portanto, responsáveis pelo esgotamento dos solos do Vale e levaram a um completo empobrecimento da terra e a geração de uma cultura-migrante. CARDOSO, M. F.(1991) muito bem retrata esta situação ao dizer que

“durante várias décadas, centenas de fazendeiros, inadvertidamente utilizando práticas predatórias depauperaram o seu solo, devastaram e queimaram as matas, plantaram em encostas de fortes declives e distribuíram os pés de café em linha reta seguindo os declives e ignoraram a prática do uso de fertilizantes”. (p. 123)

Com o esgotamento do solo, com a concorrência das áreas cafeicultoras de São Paulo e do Paraná - que desenvolviam uma cultura em bases mais técnicas e com mão-de-obra mais qualificada e assalariada (principalmente a do colono) e com o “golpe de misericórdia” da Abolição da Escravatura, a cafeicultura do Vale entrou em decadência, tanto nas áreas rurais quanto nas urbanas era grande o êxodo do elemento humano; a dispersão da população era um fato doloroso, volumoso e crescente. Não era apenas a ex-mão-de-obra escrava que se dispersava; a evasão de grande parte dos fazendeiros também era uma realidade. No dizer de CARDOSO, M. F. (1991: 129) a região toda entrou numa fase de *“estagnação da vida urbana, pois nela se refletia toda pujança da vida rural”*. Era triste ver a *“...cena do drama de desintegração social e econômica do fim do ciclo da grande lavoura cafeeira...”* (STEIN, 1961: 341).

Toda essa triste situação foi resultante, como dissemos, do “pouco caso” dos fazendeiros com a terra e com a introdução de tecnologias modernas que objetivassem a manutenção da fertilidade do solo, bem como a administração e/ou gerência tecnológica nas diversas etapas da cultura cafeeira.

Poucos eram os fazendeiros que utilizavam e, assim mesmo, apenas algumas das modernas técnicas agrícolas recomendadas na época para a lavoura cafeeira. Muitas eram as inovações e invenções existentes e a disposição dos cafeicultores, mas poucos cafezistas fluminenses queriam investir elevadas somas em terras já cansadas. Por outro lado, os imigrantes também não se interessavam em se fixar nessas áreas de solos exauridos; assim, as novidades tecnológicas não eram assimiladas pela massa dos proprietários de terra do Vale.

Quando havia condições e era possível a introdução do arado, das grades para esterrear e aplainar a terra lavrada, das máquinas despulpadoras, dos ventiladores, dos separadores do café e de muitos outros implementos agrícolas criavam-se novos espaços, modificando as relações de trabalho e transformando a paisagem agrária da fazenda cafeicultora. A evolução tecnológica nas diferentes etapas de plantio, colheita, preparos, beneficiamento, acondicionamento, transporte interno e externo, armazenamento e comercialização do café geravam grandes adaptações e profundas

alterações, transformando a paisagem agrária das fazendas cafeeiras, dando-lhe um porte de cultura moderna, uma verdadeira agroindústria.

Diversas foram as inovações que acompanharam o progresso tecnológico no cultivo do café, mas na maioria das grandes propriedades as inovações físico-químicas e biológicas não receberam o apoio dos fazendeiros; apenas as inovações mecânicas, que faziam “vista” (aproveitavam a geração de energia elétrica e baseavam-se na compra de sofisticadas máquinas) foram incorporadas ao processo produtivo. O processo de modernização provocava grandes transformações nas relações de mão-de-obra e isto não interessava aos grandes proprietários que tinham os escravos como força de trabalho.

Desta forma constata-se que a cafeicultura fluminense e todo o seu fastígio foi fruto do uso incessante do solo e do incansável trabalho do escravo.

BIBLIOGRAFIA

- AMARAL, Luís. **História Geral da Agricultura Brasileira**. 2. ed. v. II. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1958, 385 p.
- CARDOSO, Maria Francisca T. C. Organização e Reorganização do Espaço no Vale do Paraíba do Sul - Uma Análise Geográfica até 1940. In: **Revista Brasileira de Geografia**. v. 53, n. 1, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. jan/mar 1991. p: 81 - 135.
- STEIN, Stanley J. **Grandeza e Decadência do Café no Vale do Paraíba - com referência especial ao Município de Vassouras (1850 / 1890)**. São Paulo, Brasiliense, 1961, 372 p.
- TAUNAY, Affonso de E. **História do Café no Brasil**. Volume Oitavo. No Brasil Imperial: 1872 - 1889, Tomo VI, Rio de Janeiro, Departamento Nacional do Café, 1939, 451 p.
- VALVERDE, Orlando. **Estudos de Geografia Agrária Brasileira**. Petrópolis, Vozes, 1985, 268 p.

Notas

- 1 - Sobre o assunto, ler Taunay, Affonso de E.. “História do Café no Brasil” e “Pequena História do Café no Brasil”, 1945.
- 2 - Taunay, A. de E. “História do café no Brasil”. v. IX, 1939: 16, 178-9.
- 3 - Valverde, O. “A fazenda de café escravocrata no Brasil”. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, IBGE, v. 29 (1), jan/mar, 1967, p. 41.
- 4 - Lapa, J.R.A. “A economia cafeeira”. São Paulo, Brasiliense, 1986, p. 26-7.
- 5 - Lamego, A.R. “O homem e a serra”. Rio de Janeiro, IBGE, 1963.
- 6 - “*Ao advento da era cafeeira no Brasil Sudeste, deve-se, não há dúvida, a consolidação da **posição do Rio de Janeiro** como capital e sua grande expansão no século XIX. Com efeito, o Rio de Janeiro que já era a capital político-administrativa do país, se constituiu em capital econômica de sua mais rica região agrícola, à qual servia também de porto”... “Foi, portanto com o advento da era cafeeira e o repovoamento, em novas bases, do Brasil Sudeste, que floresceu, realmente, o Rio de Janeiro, não só como capital política e administrativa, mas como capital econômica, porto e centro comercial servindo a uma vasta área. Não podemos esquecer que a riqueza e a estabilidade do Brasil Imperial tinham por base sobretudo o café e que, naquela época, era o Rio de Janeiro a capital econômica da região cafeeira” (Grifo nosso). (Bernardes, Lysia M.C. Importância da posição como fator de desenvolvimento do Rio de Janeiro. In: Aspectos da Geografia Carioca. Rio de Janeiro, CNG - AGB, 1962, p. 15)*
- 7 - “... o café reforçou a função portuária do Rio de Janeiro. Ele que já havia sido o porto do açúcar no século XVII, o porto do ouro no século XVIII, no século XIX pôde ser classificado como o porto do café.” Cardoso, Maria Francisca T.C. “O ciclo do ouro. O ciclo do café. Características da Região Sudeste.” In: Curso para Professores de Geografia n. 19, Rio de Janeiro, IBGE, 1973, p. 96.
- 8 - Sobre o tema ler Dean, W.. “Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura - 1820-1920”. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, p. 61-94.
- 9 - Lembra Furtado, C. que “nem...se poderá deixar de reconhecer que o **método da cultura extensiva** possibilitava um volume de produção por unidade de capital - fator escasso - muito superior ao que se

lograria com métodos agrícolas intensivos.” (Grifo nosso) (Furtado, C. “Formação Econômica do Brasil”. 15. ed. São Paulo, Nacional, 1977. p. 162)

10 - Sobre o tema, consultar Motta Sobrinho, A. “A civilização do café”. São Paulo, Brasiliense, 1978, p. 11-3 e 21-28.

11 - Ler Fragoso Pires, Fernando Tasso. “Antigas Fazendas de Café da Província Fluminense”. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.

12 - Taunay, A.E. “História do Café no Brasil”. Rio de Janeiro, DNC, v. VIII, 1939.

13 - Lapa, A., op. cit, p. 68-70.

14 - É importante ressaltar que *“a habitação permanente era a propriedade agrária: nos povoados e vilas ficavam as ‘habitações secundárias’ ou de férias. Com a evolução demográfica e econômica, o ritmo foi passando a ser outro: a habitação urbana tornou-se principal; nas fazendas... ficavam as ‘habitações secundárias’. O Brasil era então... uma sociedade agrária que começava a se urbanizar no século XIX, independentemente de qualquer industrialização”*. (Pereira Queiroz, M.I., 1979:52)

15 - *“Como consequência desta importação da civilização burguesa, efetuada no decorrer do século XIX, temos a formação no Brasil de uma diferenciação cultural campo-cidade, que praticamente não existira, ou fora muito tênue em épocas anteriores. A difusão das formas culturais burguesas se faz no próprio interior das cidades, passando das camadas superiores para as inferiores e tendendo a uma homogeneidade que intensificava o contraste com complexos culturais refugiados no meio rural. Neste, também as camadas superiores representadas pelas famílias dos grandes fazendeiros, habitando agora as cidades, passavam a ser focos de disseminação de elementos urbanos; porém sua permanência breve nas fazendas tornava menos importante a ação que poderiam desenvolver. A cultura tradicional se fixou, pois, nas camadas inferiores de um modo geral; na regiões em que eram dominantes os pequenos agricultores ou os criadores de gado, ela tendeu também a persistir.”* Pereira de Queiroz, M.I., 1979:65).

16 - Interessante a leitura de Ellis, M., “O café - literatura e história”. 1977: 107-21.

17 - Taunay, A.E. “História do Café no Brasil”. Rio de Janeiro, DNC, 1939, p. 195.

18 - Lapa bem ressalta esse quadro quando afirma que “nos grandes e médios estabelecimentos agrícolas, onde predomina a exploração empresarial, cresce a proporção em investimentos em edifícios, benfeitorias etc (**capital fixo**), implementos, máquinas, veículos, animais de trabalho, equipamentos diversos etc (**capital semifixo**), além das despesas com a produção propriamente dita, como mão-de-obra, insumos etc (**capital circulante**)”. (Grifo nosso) (Lapa, J.R.A. op. cit, 2. ed, 1986, p. 44).

19 - “... O empresário estava sempre interessado em aplicar seu capital novo na expansão das plantações, não se formando nenhum incentivo à melhora dos **métodos de cultivo**.” “As condições econômicas em que se desenvolvia a **cultura do café não** criavam, portanto, nenhum **estímulo** ao empresário para aumentar a produtividade física, seja da terra seja da mão-de-obra por ele utilizadas.” (Grifo nosso) (Furtado, C. op. cit. 1977: 162).